

# O mal mais grave da economia

Brasil

25 DEZ 1985

ESTADO DE S. PAULO

Não parece adequadamente situado na realidade nacional o comentário do presidente da República, formulado no sentido de considerar "a atual inflação suportável". Garantiu s. exa. que está afastado o fantasma da recessão. As declarações comentadas nesta nota foram feitas durante visita do sr. José Sarney à sala de imprensa do Palácio do Planalto, no ensejo dos cumprimentos de fim de ano aos jornalistas credenciados; e se acompanharam de referências às "conquistas políticas", animadoras, as quais casam com a alegria obtida com a constatação de que "o País voltou a crescer", tendo repudiado "fórmulas ortodoxas para sanar sua economia". Esta última frase soa sibilina, a menos que o verbo a usar seja, sim, *sanear*. Se for, ainda fica uma dúvida, que se exprime-nesta alternativa: a economia foi saneada, afinal, graças ao emprego de fórmulas não-ortodoxas? Ou não foi porque não precisa ser? Quanto à primeira pergunta é forçoso esclarecer: não está saneada uma economia pressionada por taxas mensais de inflação que, entre janeiro e dezembro, acusam números de depreciação da moeda superiores a 230%, somados dentro de um processo cumulativo cujo efeito consiste em jogá-los progressivamente para patamares mais elevados.

À segunda questão, nem os mais apartados da realidade, que Brasília tem o condão de desenfocar, dariam resposta diferente: sem dignidade

monetária não há desenvolvimento estável, nenhuma economia é saudável, não há possibilidade de se alcançarem padrões mínimos de justiça social. Está gravemente enferma uma sociedade na qual — como ocorre no Brasil, hoje — um salário mínimo compra apenas seis quilos de café. A inflação é o imposto mais cruel que se cobra a um povo; enriquece os ricos e empobrece os pobres. Mais: arruina os assalariados, quando se lhes cobra, sob alíquotas escorchantes, um imposto sobre o trabalho, falsamente denominado Imposto de Renda. Que é que, entretanto, revestindo-se de importância, não é falso, postício ou hipócrita neste país, no apagar das luzes de 1985? Vive-se de aparências ou atrás de máscaras, representando, dentro de um clima de euforia gerada por êxitos políticos meramente adjetivos e conquistas econômicas que se desfarão, senão amanhã, seguramente depois de amanhã, devidas a um aquecimento artificial, financiado pela emissão de papel-moeda e pela colocação privilegiada de títulos da dívida pública.

"Não aceitamos e não nos submetemos a nenhuma imposição de fora", declarou o presidente, numa linha de raciocínio triunfalista, que infelizmente tem pouco que ver com as circunstâncias existentes ao redor. Eis uma afirmação que se torna até dispensável, porque não faz parte da índole brasileira dobrar-se a exigências que venham do estrangeiro, gravando a soberania nacional.

Resta saber, contudo, a que tipo de imposição alude o chefe de Estado. Se se trata de cobrança da dívida acumulada com credores externos, desejosos de receber o que emprestaram ao País, a hipótese não é a de, saldando o compromisso assumido, cederem os brasileiros a exigências descabidas. Os credores falam frequentemente pelo Fundo Monetário Internacional, entidade da qual o Brasil faz parte espontaneamente — e à qual deve dinheiro. Da mesma forma, não há que falar em imposição capaz de provocar desdouro, se os bancos que têm a receber daqui credenciam o FMI para representá-los em negociações a entabular no propósito de ajustar a liquidação da dívida, composta — como sempre — de principal e juro. O que não calha, em vista de ser a brasileira a maior dívida externa do mundo, é brandi-la como instrumento de reações internas de cunho nacionalista, que possam levar eventualmente a que seja discutida em clima passional, suscetível de criar oportunidade a que a demagogia cabocla comece a adovgar teses esdrúxulas, como a da moratória unilateral.

Receita de sucesso para a crise generalizada que o País atravessa (e constituiria insensatez ignorá-la) seria, antes de mais nada, a que fizesse todos, governantes e governados, reconhecer os fatos, isto é, os problemas nada insignificantes a equacionar certo; e depois, sem nenhum laivo de emoção, traçar em função das

soluções a que se tivesse chegado uma diretriz apta a alcançá-las. Ninguém creia que seja o momento de inventar soluções jamais imaginadas. O dia-a-dia da administração impõe normas de conduta que se enquadram na rotina e na praxe e são avessas a novidades cunhadas por arroubos de imaginação. A dívida externa se pagará, dentro dos esquemas tradicionais, aumentando a riqueza que o território abriga ou a ser cultivada nele. Em outras palavras, transformando ou valorizando, com trabalho, os recursos naturais do País nessa riqueza a mais de que ele carece. A economia se saneará com o combate eficaz à inflação insuportável que aí está e equivale ao mal mais grave que poderia acometê-la. Infelizmente, para que esse combate seja vitorioso, não há anestésicos a aplicar ao organismo nacional. Todos devem dar sua contribuição para que se atinja a meta prefixada: os que têm mais dando mais; os que têm menos dando menos. É pena que quem menos se preocupe com a inflação recorde assinalada neste 1985 seja o presidente da República — que, mal assessorado, estranhamente não a tem como gravíssima ou insuportável, carregada de presságios ameaçadores na medida em que a economia não perdoa; e cobra impecavelmente os erros cometidos, fazendo com que o povo pague a conta feita pelos titulares da administração, ao permitir ou incentivar o aviltamento da moeda.